

## DIPLOMACIA CULTURAL

### Encontro de reflexão em Lisboa no Instituto Camões

Pág. 2/3



### Homenagem a Saramago promovida pelo Instituto Camões

Pág. 4

### Rede de centros culturais vai ser reestruturada

Pág. 2

### Selecionados textos para fase final do Prémio Luso- Brasileiro 'António José da Silva'

Pág. 4

## Centros culturais Rede vai ser reestruturada

A rede de centros culturais do Instituto Camões (IC) no estrangeiro vai ser reestruturada em paralelo com as mudanças que vão ser feitas na rede diplomática de Portugal. A revelação foi feita pela Presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, no encontro de reflexão sobre diplomacia cultural, promovido em Novembro último pelo IC.

O Instituto Camões possui actualmente 13 centros culturais e cinco pólos em 14 países, a que se soma a Secção Cultural da Embaixada de Portugal em Pequim. Daqueles centros e pólos, uma dezena encontra-se em países de língua portuguesa.

A reestruturação do mapa de centros culturais insere-se na «redefinição dos pontos de rede de acção cultural externa» e constitui um dos «objectivos estratégicos» da actividade do IC apontados pela sua Presidente ao intervir no encontro de reflexão 'Diplomacia Cultural. Estratégias e Políticas', que reuniu responsáveis do IC e do Ministério da Cultura (MC) na sede do Instituto em Lisboa, a 16 de Novembro.

«Em relação à reestruturação dos centros culturais que está em curso, ela vai ser paralela à reestruturação que também vai haver na rede diplomática», declarou

Ana Paula Laborinho, precisando que se está a «legislar sobre essa reestruturação».

Explicando o sentido das mudanças, a Presidente do IC afirmou que, «com a escassez de recursos que temos, não podemos pensar apenas no país onde cada um dos conselheiros [culturais] ou cada um dos centros tem a sua acção, mas temos que a alargar e fazer – como, aliás, outros países já fizeram – de um centro cultural um pólo de coordenação regional».

O Ministério da Cultura, acrescentou, «acompanhará este processo directamente», no que toca à «reestruturação daquilo que pode ser a nossa acção cultural e, em particular, a intervenção [regional], quer dos centros culturais quer dos conselheiros culturais».

Como «opção estratégica» a desenvolver, aos centros culturais vai ser pedido que obtenham verbas da actividade que desenvolvem, indicou a Presidente do IC. Referindo o caso do Instituto Cervantes e do British Council, que têm, respectivamente 30% e 70% de receitas próprias, «conseguidas através da oferta de cursos», afirmou que perspectiva semelhante permitirá ao IC «dispor de mais meios para outras actividades».

A rede de acção cultural externa



**Temos que fazer – como, aliás, outros países já fizeram – de um centro cultural um pólo de coordenação regional**

Ana Paula Laborinho

compreende, além dos centros e pólos culturais, centros de língua portuguesa, leitorados e estabelecimentos de ensino superior onde o IC está presente, bem como a rede de educação pré-escolar, básica e secundária do Ensino Português no Estrangeiro (EPE). Os 88 leitores da rede do IC, referiu Ana Paula Laborinho, estão muitas vezes numa situação de acumulação de funções, «que nós sabemos que é dura», quando «são, ao mesmo tempo, professores nas universidades e agentes culturais junto das nossas missões diplomáticas».

### Sinergias

Abordando o tema da diplomacia cultural, Ana Paula Laborinho

afirmou que aquela surge «como uma das mais poderosas formas de assumir a internacionalização do país», pelo que é «essencial» o seu «envolvimento com a economia» e com a diplomacia política. Muitos diplomatas, frisou, juntam às suas «normais tarefas» a «crença na possibilidade multiplicadora da persuasão por meio da diplomacia cultural e são eles próprios também agentes culturais».

A Presidente do IC defendeu assim o aproveitamento da rede construída pelo IC através dos protocolos celebrados e das cátedras criadas com o seu concurso. «Nós, IC, temos protocolados convénios com cerca de 300 instituições do ensino superior e é também através dessas instituições que muita acção cultural é desenvolvida».

Sublinhando a importância de aproveitar sinergias com instituições públicas, como o Ministério da Cultura e o Ministério da Economia, Ana Paula Laborinho admitiu que, «em muitos lugares», e «pela impossibilidade de termos centros culturais», o IC possa vir a «utilizar as instalações da AICEP para a acção cultural». No entanto, considerou, «hoje em dia já não é tempo de pensar que isto [a diplomacia cultural] é apenas uma questão de políticas públicas. É também, e cada vez mais, uma questão de envolvimento da sociedade civil nas suas diferentes componentes», sejam fundações e associações sejam empresas, «que neste momento têm também um papel relevante em termos culturais, que contribuem para as indústrias culturais e sem as quais nós não podemos ter uma acção concertada naquilo que importa

também ao país como imagem». Assim, entre as linhas força enunciadas pela Presidente do IC figuram o reforço de parcerias, quer com instituições públicas, como o Ministério da Cultura, definido como «parceiro estratégico em termos de diplomacia cultural», quer com parceiros da sociedade civil.

Outro objectivo estratégico apontado na intervenção foi o da «promoção das redes internacionais» integrando-as e participando em projectos comuns, para afirmação da cultura europeia. «Hoje sabemos que é muito difícil em algumas regiões do mundo uma afirmação solitária de qualquer um dos países da UE», disse Ana Paula Laborinho. A EUNIC – uma associação não governamental de institutos de língua e cultura dos países da União Europeia, criada em 2006, – foi a entidade referida. «Neste momento existem mais de 50 clusters EUNIC que são essencialmente junção de institutos, até de partilha de recursos, para afirmação de uma cultura europeia em muitas partes do mundo».

O Instituto Camões é membro fundador da EUNIC e assume actualmente a 1ª vice-presidência. Em 2011 presidirá a essa rede, declarou Ana Paula Laborinho, acrescentando que «outras redes internacionais naturalmente existem», importando também, desse ponto de vista, reforçar aí a participação do IC.

### Blocos regionais diferenciados

O «último objectivo estratégico» abordado na exposição da Presidente foi a «intervenção [do IC] por blocos regionais» do

## IC e Ministério da Cultura Protocolo desejado «há décadas»

Um grupo de trabalho do Instituto Camões (IC) e do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR) do Ministério da Cultura (MC) vai ser criado para definir as «regiões e domínios de atuação prioritários», quer na vertente da diplomacia cultural quer da internacionalização da cultura portuguesa.

A intenção, que contempla ainda a realização de encontros regulares entre as duas entidades, consta do «protocolo de entendimento» – assinado a 16 de novembro, em Lisboa, pelos responsáveis das duas instituições na presença dos ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, Luís Amado e Gabriela Canavilhas, respetivamente –, saudado como um acontecimento «há décadas» desejado, por apontar para «um trabalho conjunto entre os dois



???? XXXX

ministérios, para uma ação cultural externa que possa ser efetivamente representativa daquilo que preten-

demos para Portugal», segundo declarou a Presidente do IC, Ana Paula Laborinho.

A responsável máxima do IC considerou que o protocolo representa «um esforço adicional», pois «às vezes é muito mais fácil cada um trabalhar sozinho». Mas declarou-se segura de que «a compensação será muito maior, se virmos os nossos recursos aumentados por estas parcerias, com orientações mais claras naquilo que queremos fazer, quer do ponto de vista da diplomacia cultural (...) quer do ponto de vista da internacionalização».

Manifestando satisfação pela assinatura do documento, o ministro Luís Amado sublinhou o «esforço de trabalho conjunto muito significativo» que tem sido feito e lembrou que «a reforma do IC introduz, pela primeira vez, na ação estratégica e no planeamento estratégico da sua atividade, uma influência direta do MC». «E tem que ser assim», considerou Luís Amado, acrescentando não ser «possível que o IC como braço representativo do nosso país nas áreas culturais e da língua no exterior não seja permanentemente acompanhado na elaboração das suas propostas, dos seus planos de ação, das suas iniciativas pelo MC». «Estamos a viver um tempo de profunda e estreita colaboração», deu conta.

A ministra Gabriela Canavilhas considerou que o documento estabelece «uma parceria forte», que vai permitir uma articulação de iniciativas, uma planificação mais produtiva da ação cultural externa e uma melhor gestão dos fundos necessários «para uma implementação digna da nossa face cultural fora das nossas fronteiras». «Esta é uma articulação há muito desejada, quer pelo setor cultural – os agentes culturais – quer pelos conselheiros culturais, pelas embaixadas».

### Informação e formação

No dizer do «protocolo de colaboração institucional», «a cultura constitui um fator decisivo para a afirmação e projeção de Portugal no contexto internacional», pelo que «é imperativo repensar os modelos das políticas públicas, no sentido de promover e definir políticas culturais mais eficazes e com maior projeção».

O documento admite que «podem ser convidadas a participar no grupo de trabalho» a criar «outras entidades e organismos com intervenção na ação cultural portuguesa no estrangeiro». A diretora-geral do GPEAR, Joana Gomes Cardoso, referia que IPAD, AICEP e Turismo



Vigo Casa de Arines, Pólo do Centro Cultural Português



Luanda Auditório do Centro Cultural Português



Maputo Sala de exposições do Centro Cultural Português

Instituto. Os sete blocos regionais definidos (v. artigo no suplemento 'Camões' do nº 1047 do Jornal de Letras - 17 a 30/11/2010), «estão muito próximos daquilo que também são os blocos estabelecidos pela nossa política externa» e «a política cultural acompanha-os em grande medida», declarou. Os blocos enunciados pela Presidente do IC foram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o «eixo estabelecido pelo Brasil e América Latina», o Magrebe, a Ásia e a Oceânia, a América do Norte, a África e a Europa.

Considerando necessária «uma análise mais fina de cada um destes blocos regionais e da nossa intervenção geoes-tratégica», na esteira do que foi defendido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, a Presidente do IC afirmou que «de facto, se olharmos para o mapa do mundo, e pensando até também na questão da língua portuguesa, que se cruza com esta, o interesse e o crescimento não é idêntico em todos eles». «Já tenho afirmado que a maior parte dos nossos recursos estão alocados à Europa, mesmo em termos de língua portuguesa, mas o retorno não é igual àquele que, com muito menos recursos, conseguimos, quer na África quer na Ásia», explicou Ana Paula Laborinho. Perante estes factos, é necessário, fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o uso dos recursos disponíveis, «sem naturalmente deixarmos de investir nos pontos, nos espaços regionais em que estamos», concluiu.

de Portugal, para além de outras fundações e organizações com «assináveis conhecimentos, quer ao nível dos setores produtivos quer ao nível das audiências externas com que trabalham, das regiões em que operam e dos recursos de que dispõem», deveriam participar «na reflexão que pretendemos promover através do grupo de trabalho».

O Presidente da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), Basílio Horta, declarou, ao intervir no encontro sobre diplomacia cultural, que a instituição que dirige se sentia como «coassinante e corresponsabilizada» no documento, disponibilizando a estrutura externa da agência - presente em 41 países - «ao serviço do IC e da Cultura».

O documento prevê a «cooperação» e a «troca de informação regular e articulada» entre o IC e o GPEARI, permitindo «promover a cultura portuguesa no plano internacional de forma estratégica e articulada». E define também o GPEARI, que já tem assento nos Conselhos Estratégico e Consultivo do Instituto Camões, como «ponto focal» deste «para a prestação de informação sobre as atividades internacionais do

Ministério da Cultura».

No clausulado, ambas as instituições se propõem «realizar ações de formação, seminários e/ou workshops [oficinas de trabalho] que promovam a formação específica dos conselheiros culturais e dos agentes culturais portugueses» e o GPEARI informará o IC sobre os «mecanismos/programas de formação existentes, com vista à realização de estágios na rede de centros culturais do IC».

A disponibilização de apoio aos agentes culturais portugueses no exterior por parte do GPEARI foi aliás um das tónicas da intervenção da diretora-geral, Joana Gomes Cardoso, que classificou o protocolo como «elementar entre dois organismos do mesmo Estado, que devem cooperar e não concorrer entre si, mas que é de certa forma inédito». «Para que a internacionalização da cultura e da nossa língua seja eficaz é absolutamente fundamental que exista um relacionamento muito estreito entre o MC e o MNE», declarou a diretora do GPEARI. O protocolo visa também «não deixar que um bom relacionamento institucional dependa do plano pessoal e conjuntural», sublinhou.

## Diplomacia cultural O 'suave poder' da imagem

Em 2008, o fabricante aeronáutico Embraer decidiu fazer o seu primeiro (e volumoso) investimento fora do Brasil. Portugal, que nem estava na lista inicial, acabou por ser o país escolhido para este projeto de 300 milhões de euros, que está agora a gerar um núcleo de indústria aeronáutica no país. Como aconteceu? «Porque houve uma forte diplomacia política» e «também por razões culturais», explicou o Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Basílio Horta.

O exemplo foi apresentado no encontro *Diplomacia Cultural. Estratégias e Políticas*, que reuniu, em Lisboa, a 16 de novembro, responsáveis das áreas cultural, política e económica para refletir «de que modo a cultura, a economia e a dimensão geral da diplomacia confluem para aquilo que é o nosso objetivo maior, a internacionalização do país», declarou Ana Paula Laborinho, Presidente do Instituto Camões, a entidade organizadora, acrescentando que a diplomacia cultural «é um tema que a própria União Europeia tem acarinhado, desenvolvido e que elegeu como um dos pilares da agenda cultural».

Um outro exemplo, na linha do apresentado pelo Presidente da AICEP e relatado no encontro pela diretora do Centro Cultural/IC de Paris, mostra a força e a importância da cultura na formação da imagem, seja de uma instituição seja de um país.

Fátima Ramos evocou, a título de exemplo, o caso da Europália (1991). A mostra realizada na Bélgica «mudou radicalmente, mesmo aos olhos dos políticos e dos funcionários internacionais baseados em Bruxelas, a percepção que tinham de Portugal e da cultura portuguesa» e aumentou em 30% o turismo com origem no Benelux e as trocas comerciais. «A realidade é que houve sempre um recurso à cultura para a promoção do país, isso não há dúvida», considerou Miguel Fialho de Brito, conselheiro cultural em Berlim.

### Valores e língua

A diplomacia cultural é «entendida como um *soft power*, um poder suave, que tem uma capacidade de influência, uma capacidade de persuasão que é transmitida e, naturalmente, de transmissão de ideias e valores», na explicação da Presidente do IC no encontro, filmado e retransmitido em direto através da internet (v. registo em [www.youtube.com](http://www.youtube.com)).

Valores, porque, segundo a

Presidente do IC, «cultura não é um sinónimo imediato de liberdade». É preciso juntar-lhe «um sentido ético, um sentido também ecológico de salvaguarda do planeta», pelo que a cultura não é apenas «uma questão de persuasão em termos daquilo que são as necessidades de cada país, mas a transmissão de valores que possam ir muito para além disso».

A diplomacia cultural, «integrada na lógica do *soft power* de Joseph Nye», foi considerada pela diretora-geral do GPEARI, Joana Gomes Cardoso, como algo de muito sério para vários países, que a exploram com grande habilidade para se inserirem, para reforçarem os seus perfis em países estratégicos e daí retirarem vantagens políticas ou económicas».

Uma abordagem glosada pelo diretor-geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Nuno Brito, ao afirmar que «procurar buscar no exterior os elementos de que depende a construção da nossa prosperidade deve ser o objetivo genérico nº 1 de toda a política externa portuguesa. E obviamente, com a conjuntura que vivemos esse é inquestionavelmente vender a nossa imagem».

Para o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, «num momento em que o mundo se reconfigura na sua relação de forças», «a cultura e a língua são um dos principais instrumentos de afirmação» de Portugal. «Temos uma das grandes línguas de vocação universal e, nessa perspetiva, é em torno da língua que se desenvolve toda a dinâmica de afirmação da nossa cultura no exterior», sublinhou Amado, que apelou aos responsáveis das áreas da cultura, dos negócios estrangeiros e da economia para atuarem em conjunto.

Um apelo logo respondido pelo presidente da AICEP, ao declarar no encontro que «há na cultura e na língua portuguesa um grande valor económico». No entanto, reconheceu, «há ainda um caminho a percorrer». Na mesma linha, o diretor-geral de Política Externa disse que «a língua significa negócios, dinheiro e captação de investimentos». Num quadro mais amplo, Nuno Brito sustentou que «cultura e história são também elementos de política externa» e que a língua portuguesa é um fator dessa política externa, razão por que se está a trabalhar para a inserir nas organizações internacionais como idioma oficial ou de trabalho. Um «esforço está a ser feito e que demorará anos», considerou.

## Criar cidadãos mais felizes

A principal mensagem é que a cultura deve servir cada vez mais em alturas de crise, não só os desígnios da economia, da política, mas também a criar cidadãos mais responsáveis, que tenham em mente poupar, a ecologia e tudo isso, e sobretudo cidadãos mais felizes.

Fátima Ramos

Diretora do Centro Cultural/Instituto Camões de Paris

## O apoio das empresas

O meu testemunho é um testemunho otimista, mesmo com as dificuldades que nós conhecemos de orçamentos. Mas isso também traz desafios, desafios de relação com a sociedade civil, com as empresas, com que nós, e eu particularmente, tenho tentado sempre, desde o início, manter uma relação para termos o seu apoio nas diversas atividades. Não em regime de pedidório, mas de associação a diversas atividades que interessam a algumas empresas e que nos têm apoiado.

João Pignatelli

Conselheiro cultural e diretor do Centro Cultural/Instituto Camões de Luanda

## Regularidade

Temos às vezes tendência para fazer grandes acontecimentos, que são absolutamente importantes para chamar a atenção. Mas, quanto a mim, não há nada que substitua a regularidade, para que servem grandes acontecimentos isolados se, depois, tudo desaparece? A memória é curta e há muita oferta cultural.

Margarida Gouveia Fernandes

Conselheira Cultural na Embaixada de Portugal em Bruxelas

## Os interlocutores

Nós estamos em Paris, Bruxelas, Berlim, mas não estamos. Estamos em países que funcionam em muitas cidades. No meu caso, em estados federados, que têm cada um deles as suas características próprias e, como dizia a Margarida Gouveia, temos exatamente de saber quem são os interlocutores. Por outro lado, precisamos da parte de todos os outros que estão representados nesses países de bons contactos e de boas informações. Saber quem contacta do lado português, saber com quem já contactaram do lado estrangeiro, para que se possa conjugar esforços e se possa organizar - também estou de acordo - nem sempre grandes espetáculos, nem sempre grandes exposições, mas que se mantenha uma fidelidade de presença e que se consiga colar a diversos eventos uma assinatura que é Portugal e que é isso que nos interessa.

Miguel Fialho de Brito

Conselheiro Cultural na Embaixada de Portugal em Berlim

## Agenda para 2011 com Peregrinação como tema

A Agenda para 2011 da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), que tem por tema a Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, nos 500 anos do nascimento do autor, foi apresentada a 30 de novembro na sede do Instituto Camões (IC), em Lisboa.

Ana Paula Laborinho, Presidente do IC, foi a coordenadora do projeto, que contou com design e grafismo de Henrique Cayatte e ilustrações do arquiteto macaense Carlos Marreiros. O cronista do século XVI aparece retratado «como 007, um espião» ou uma personagem «com muitos olhos», reveladora da visão repleta de ironia do autor.

Este projeto, considerado por Ana Paula Laborinho «um pouco irreverente, fora da linha seguida habitualmente pela INCM», é também uma homenagem a um extraordinário livro de viagens, publicado em 1614, 31 anos após a morte do seu autor.



## Bolsas para Macau, Hong Kong e China

Até 31 de dezembro decorre o período de candidaturas a 3 bolsas destinadas a apoiar atividades académicas em universidades portuguesas nas áreas do ensino do português como língua estrangeira, da literatura em língua portuguesa e da tradução/interpretação a doutorandos, professores, investigadores e tradutores oriundos da Região Administrativa Especial de Macau, Região Administrativa Especial de Hong Kong e República Popular da China.

A atribuição das bolsas, que têm a duração máxima de 3 meses, têm um valor mensal de 600 euros e contemplam a viagem de ida e volta, decorre de um protocolo celebrado entre o Instituto Camões e a Fundação Jorge Álvares.

Os candidatos selecionados efetuarão os seus projetos de investigação a partir de janeiro de 2011 até agosto do mesmo ano civil (v. <http://www.instituto-camoes.pt/noticias/index.html>)

## Instituto Camões e Politécnico de Macau na promoção do português

O reforço da promoção da língua e cultura portuguesas em Macau e na China é o objetivo do protocolo assinado a 22 de novembro naquele território entre o Instituto Camões (IC) e o Instituto Politécnico de Macau (IPM), noticiou a Agência Lusa.

O objetivo do protocolo, válido por três anos e renovável por iguais períodos, «é consolidar uma relação que já existe», declarou o cônsul português Manuel Carvalho, salientando que o documento visa «consolidar e estruturar» a relação de colaboração existente entre instituições na promoção da língua portuguesa.

O presidente do IPM, Lei Heong lok, que evocou as relações existentes com instituições académicas portuguesas na «divulgação da língua e na área da investigação», indicou que, na China, «cerca de 20 universidades chinesas criaram programas de português».

«O papel de Macau, como tem uma longa história nessa área, é dar o apoio possível», não só na área do ensino/aprendizagem como da investigação. «Refiro-me assim à preparação de materiais e até de dicionários e técnicas didáticas relacionadas com o ensino da língua e da cultura portuguesas», explicou.

Numa recente visita a Macau, a Presidente do IC, Ana Paula Laborinho, afirmou que «Macau pode desempenhar um papel muito relevante [na internacionalização da língua portuguesa], porque sabemos que a China tem cada vez mais interesse no português».



## ‘Cadeia de leitura’ homenageia Saramago

Uma cadeia de leitura de ex-certos das obras de José Saramago assinalou a 16 de novembro, em 30 pontos da rede de leitorados, centros de língua e centros culturais do Instituto Camões (IC) no mundo, o dia do aniversário do escritor, em que completaria 88 anos.

A cadeia de leitura, que assumiu diversas formas, inseriu-se num conjunto de iniciativas da rede do IC de homenagem ao Prémio Nobel da Literatura (1998) de língua

portuguesa, falecido a 18 de junho último.

A iniciativa foi apresentada pela Presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, como «um exemplo do que podemos fazer em conjunto – o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Cultura – usando a nossa rede, a rede de que dispomos para a concretização de ações», numa referência à cooperação institucional selada naquele mesmo dia por

protocolo entre o IC e o GPEARL do Ministério da Cultura (v. artigo neste suplemento).

Filmes de ficção e documentários, conferências, exposições bibliográficas e leituras dramatizadas foram algumas das formas escolhidas para a homenagem promovida pelos leitores e docentes da rede do IC em cerca de 41 cidades de 26 países, espalhados por África, América do Norte, América do Sul, Ásia e Europa e que não se cingiu apenas ao dia do aniversário.

Entre a mais de uma centena de iniciativas, destaque para exibição em vários locais do documentário de Rui Simões sobre a adaptação teatral pela companhia O Bando do romance *Ensaio sobre a Cegueira*, assim como da sua passagem para o cinema de ficção pelo realizador brasileiro Fernando Meirelles.



Exposição bibliográfica de traduções de obras de José Saramago, no Instituto de Camões, em Lisboa, Novembro 2010

## Prémio ‘António José da Silva’ Selecionados textos para fase final

Já estão selecionados os sete textos dramaturgícos que vão disputar este mês a fase final do concurso de 2010 do Prémio de Dramaturgia Luso-Brasileiro ‘António José da Silva’, criado pela Funarte do Brasil e pelo Instituto Camões de Portugal, em parceria com a Direção Geral das Artes (DGA) e o Teatro Nacional D. Maria II (TNDMII).

A escolha dos autores concorrentes à fase final foi feita separadamente para as obras de Portugal e Brasil por júris nacionais dos dois países, conforme estabelece o regulamento do concurso.

O júri português presidido pelo

dramaturgo José Maria Vieira Mendes, primeiro vencedor do prémio e integrado pelo professor José Louro e pela professora universitária Anabela Mendes selecionou, entre as 30 concorrentes, apenas três obras das quatro previstas, considerando que «nenhuma quarta candidatura preenchia os requisitos que foram considerados necessários».

O júri brasileiro, constituído por Irene Brietzke, Roberto Alvim, António Gilberto Porto Ferreira e Luís Augusto da Veiga Pessoa Reis, selecionou, entre as 226 a concurso, quatro obras.

O Prémio Luso-Brasileiro de dramaturgia ‘António José da Silva’ tem o valor monetário de 15.000€. A atribuição do Prémio implica a edição da obra premiada em Portugal e no Brasil. O texto vencedor é também representado nos dois países, numa parceria estabelecida entre a Funarte, a DGA e o TNDMII.



### Instituto Camões

Rua Rodrigues Sampaio, 113  
1150-279 Lisboa  
TEL. 351+213 109 100  
FAX. 351+213 143 987

[www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt)  
[jlencarte@instituto-camoes.pt](mailto:jlencarte@instituto-camoes.pt)  
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho  
COORDENAÇÃO Mário Filipe  
COLABORAÇÃO Carlos Lobato;  
Ricardo Neves